

Hiperpotentia, participação e autonomia: o poder político de transformação de comunidades e escolas quilombolas

Hyperpotentia, participation and autonomy: the political power of transformation on quilombo communities and school

Ana D'Arc Martins de Azevedo¹
Ivanilde Apoluceno de Oliveira²

Resumo

Este artigo traz reflexões sobre a categoria hiperpotentia de Enrique Dussel, em interface com participação e autonomia, como formas de poder político de transformação de comunidades e escolas quilombolas. Tem por base uma pesquisa de campo etnográfica realizada sobre os processos pedagógicos de construção identitária étnico-racial no Quilombo Jambuaçu. Teve como procedimentos metodológicos: entrevistas abertas com 11 moradores que vivem em 5 comunidades do Quilombo Jambuaçu e com 6 professores que trabalham em 5 escolas dessas 5 comunidades de Jambuaçu; observação direta que foi feita em função de aspectos específicos, a partir dos quais foram elaborados roteiros, considerando as anotações registradas em um diário de campo. A análise dos dados consistiu no uso da técnica de categorizações, tendo por referência a Análise de Conteúdo. Neste artigo, o foco são as falas de 3 moradores e 4 professores, cujo principal referencial teórico é Enrique Dussel. Entre os resultados, destaca-se que pelas vozes coletadas em campo, percebe-se a necessidade de uma práxis escolar dialógica com os contextos históricos e socioculturais, comprometida com a própria transformação social, que se configura por meio de posturas críticas e participativas, visando às possibilidades de uma escola autônoma com um discurso pedagógico de caráter político radicalmente democratizador.

Palavras-chave: Educação. Política. Quilombo.

Abstract

This article brings reflections on Enrique Dussel's hyperpotentia category, in interface with participation and autonomy, as forms of political power to transform quilombola communities and schools. It is based on an ethnographic field research carried out on the pedagogical processes of ethnic-racial identity construction in Quilombo Jambuaçu. Its methodological procedures were: open interviews with 11 residents who live in 5 communities in Quilombo Jambuaçu and with 6 teachers who work in 5 schools of these 5 communities in Jambuaçu; direct observation that was made based on specific aspects, from which scripts were prepared, considering the notes recorded in a field diary. Data analysis consisted of using the categorization technique, using content analysis as a reference. In this article, the focus is on the speeches of 3 residents and 4 teachers, whose main theoretical reference is Enrique Dussel. Among the results, it is highlighted that through the reports collected in the field, there is the need for a dialogical school praxis with the historical and socio-cultural contexts, committed to the social transformation itself, which is configured through critical and participative attitudes, aiming to the possibilities of an autonomous school with a radically democratizing pedagogical speech.

Keywords: Education. Politics. Quilombo.

Introdução

¹ Curriculista na área de Educação com ênfase em Educação quilombola da Amazônia. Doutora em Educação pela PUC/SP. Mestrado em Educação pela UEPA. Mestrado em Educação pelo UNASP. Especialista em Educação Especial. Especialista em Supervisão Educacional. Graduação em Pedagogia pela UNESPA. Professora adjunta da Universidade do Estado do Pará.

² Pós doutorado em Educação pela PUC/RJ. Doutorado em Educação pela PUC/SP. Doutorado sanduíche na UNAM e UAM no México. Mestrado em Educação popular na UFPB. Graduada em Filosofia pela UFPA. Docente do Programa de pós-graduação em Educação e professora titular da Universidade do Estado do Pará.

Este artigo tem como objetivo tecer reflexões sobre o poder político de comunidades e escolas quilombolas, enquanto nobre ofício de caráter coletivo, denominado por Enrique Dussel de “poder *hiperpotentia*”, em interface com as categorias participação e autonomia.

O estudo tem por base uma pesquisa de campo etnográfica e de abordagem qualitativa, realizada entre 2008 e 2011, que versou sobre os processos pedagógicos de construção da identidade étnico-racial no cotidiano de práticas educativas de professores(as) em uma comunidade remanescente de quilombo paraense, sem perder de vista o contexto histórico-cultural que cerca essa comunidade.

Assim, as reflexões sobre o poder político de comunidades remanescentes de quilombos tratadas neste artigo estão vinculadas à origem do problema de estudo da pesquisa supracitada, isto é, não há clareza suficiente acerca dos processos pelos quais se constrói a identidade étnico-racial das comunidades quilombolas no Brasil, conforme a fala da professora Rosa, do Quilombo pesquisado: “hoje tenho o meu conhecimento bem amplo, porque era uma parte que eu ignorava até o momento em que, estudando, descobri que eu tinha vergonha e preconceito da cor dos meus lábios e do meu cabelo, que considerava ridículo” (PROFESSORA ROSA).

Acrescenta-se o fato de que o conhecimento acerca desses processos de construção identitária é decisivo para aumentar as chances de sua manutenção. Nesse sentido, considera-se que a política é o caminho ou vetor que possibilita as chances de as pessoas manterem vivos esses processos nas comunidades, especificamente quando se foca o estudo nas práticas educativas de professores(as) numa perspectiva relacional com o contexto histórico-cultural.

Tem-se como referencial teórico deste estudo Enrique Dussel e, em especial, o seu livro “20 Teses de Política”, no qual sinaliza um poder político crítico denominado *hiperpotentia*, que se pode fazer inerente a toda comunidade, principalmente àquelas vitimizadas “que de algum modo se encontram em assimetria na participação, ou simplesmente foram excluídas da mesma” (DUSSEL, 2007, p. 87).

Neste texto apresentam-se, inicialmente, as bases teóricas do estudo e a metodologia; em seguida são tecidas as reflexões sobre a *hiperpotentia*, a participação e a autonomia no âmbito de comunidades e escolas do quilombo pesquisado; e, por último, as considerações finais.

1 *Hiperpotentia*, Participação e Autonomia: o poder político de transformação de comunidades e escolas

Ao se fazer a interface da *hiperpotentia* com participação e autonomia, busca-se debater sobre aspectos teóricos que validam a escolha dessa tríade para corroborar que essa interface se consolida como poder político de transformação de comunidades e escolas.

Sobre *hiperpotentia*, Dussel (2007) valida que esse poder consiste no exercício de cargos e funções políticas que não se corrompam na sua totalidade. O autor parte do pressuposto de que essa *hiperpotentia* deve ser comunicativa, um poder que prima pela coletividade e pela pluralidade no ato político, ou seja, pela *potentia*. A *potentia* é um poder político adjetivado por alguns fatores determinantes constitutivos, o qual admite que o “ser humano é originalmente comunitário” (DUSSEL, 2007, p. 25), processo que acontece por meio da vontade-de-viver, do consenso racional e da factibilidade estratégica.

Dussel (2007) considera que a vontade-de-viver é um instinto que advém dos nossos ancestrais, enquanto comunidades e grupos sempre acuados e perseguidos pela sobrevivência; é a vontade-de-viver como força positiva e essencial que nos move, nos arrasta e nos impulsiona a superar aspectos negativos, tais como a fome, o frio, a sede, etc.

Nesse sentido, é o poder político que move a vontade-de-viver desde o início dessas comunidades e grupos: vontade de evitar a morte, de prolongar a vida, logo, de continuar vivendo, ou seja, é uma “vontade geral” capaz de organizar e promover a produção, a reprodução e o aumento de vida de seus membros. Este princípio considera a política como conteúdo que materializa o princípio da vida, vida humana, o viver melhor, em condições dignas para sobrevivência e perpetuação da espécie humana. A ética, nesse sentido, está implícita em vários campos concretos: econômico, pedagógico, esportivo, familiar, cultural, etc., e configurada por princípios normativos de finalidades inerentes à conduta de maneira convicta e reta.

O consenso racional, que significa a vontade-de-viver-comum, tem o desejo de institucionalizar-se, explicitando um poder político pautado no princípio democrático, que “é um princípio normativo, é um tipo de obrigação que rege dentro do âmbito da subjetividade (sempre intersubjetiva) de cada cidadão, e que anima por dentro todos os momentos arquitetônicos da política” (DUSSEL, 2007, p. 82).

Esse princípio pautado no exercício delegado do poder obediencial, no sentido de desejar justiça “para lutar em favor da felicidade empiricamente possível de uma comunidade política, de um povo” (DUSSEL, 2007, p. 40), é o campo político caracterizado por espaços democráticos e consensuais em redes, e completamente envolvidos em laços de solidariedade

para obedecer e cumprir o que se traçou como metas no seio da comunidade, e que, portanto, deve-lhe obediência. Essa relação ocorre pelo movimento consensual pleno e participativo de todos os afetados (aqui as minorias) de maneira consciente pelo processo decisório.

O autor ressalta, ainda, a factibilidade estratégica, como se fosse mola para determinar de maneira constitutiva esse poder político, juntamente com a vontade-de-viver e o consenso racional. Assim, Dussel (2007, p. 28) vê a possibilidade de “realizar com a razão instrumental e empiricamente os propósitos da vida humana e seu aumento histórico no sistema de legitimação que se desenvolveu nas instituições (microsociais ou macropolíticas)”.

Nesse aspecto, ocorre uma obediência ao poder denominado *potestas*, que cumpre ofícios e funções por vocação e compromisso com disponibilidade em servir a comunidade política de maneira coletiva. A *potestas* como poder institucional tem sentido ambíguo, considerando que se objetiva ou se aliena. Objetiva-se quando a subjetividade coletiva se distancia e se encorpa em um processo mediatizado por instituições e sistemas, os quais se legitimam por acordos intersubjetivos, por meio de consensos. Aliena-se quando, pela compulsão do prazer e da individualidade, ignora o exercício delegado do poder constituído, o que se dá devido a uma autoafirmação em prol de interesses próprios. Uma fetichização do poder sob a égide da corrupção que se justifica em si mesma.

Ainda em relação à *potestas* que se aliena, afirma-se que se trata de um poder dominador que, divinizado, despotencializa a *potentia*. É a vontade-de-poder que, “autorreferente, só pode triunfar se destruir o poder originário e normativo de toda política: o poder da comunidade política” (DUSSEL, 2007, p. 28-29 e p. 48).

Entende-se que o poder político que não converge para um cenário absolutista, tampouco fetichista, pode se instalar em um cenário de atendimento às necessidades de um povo de maneira objetiva e organizada. É um poder capaz de trilhar caminhos que apresentam perspectivas de uma cultura organizacional atuante e participativa, bem como de favorecer a inovação e o comprometimento de seus membros.

Diante desse cenário, em que a fetichização se irradia e contamina a comunidade *potestas*, Dussel (2007) sinaliza a *hiperpotentia* como nova ordem política que pode desmontar o poder político *potestas* agora fetichizado. Essa nova ordem torna-se o fio condutor e se constitui a alternativa política para emancipação e libertação dos excluídos e dos vitimizados.

Nesse sentido, os excluídos, os vitimizados (os negros, os povos indígenas, os povos quilombolas, os homossexuais, a classe operária, as feministas, etc.) é que são imbuídos da tarefa de conservar a vida, pois, segundo Dussel (2007, p. 97): “o povo, antes de sua luta, é ignorado, não existe, é uma coisa à disposição dos capitalistas”. Mas, a partir da consciência e do desejo de liberdade (isso é, vontade), de um poder libertador, esses excluídos, na condição de dissidentes pela consciência crítica de “ser povo” (ibidem, p. 100), agora, “criam um consenso crítico em sua comunidade oprimida, que se opõe como dissidência ao consenso dominante. Trata-se de uma “crise de legitimidade”, “crise de hegemonia”, caos anterior e que antecipa a criação da nova ordem” (ibidem, p. 99).

Dussel (2007, p. 100) concebe a *hiperpotentia* como a factibilidade da libertação de “alcançar nova hegemonia, de transformar de maneira parcial ou radical a ordem política vigente”. Considera que a *potentia* organizou a *potestas*, e por isso a *hiperpotentia* surge para realizar grandes transformações a favor do coletivo e do bem comum, uma vez que a *potestas* estabelecida e normatizada não deu conta de responder aos objetivos preconizados na sua origem. Este poder, a *hiperpotentia*, ressalta a importância de se definirem princípios normativos críticos que conduzirão todo o ato político, pois, uma vez que não podem viver a vida de maneira plena, esses excluídos, vitimizados, agora são dissidentes. Centra-se, então, o debate em torno da exclusão social, aguçada por uma globalização econômica, e da diversidade e pluralidade de identidades culturais (McLAREN, 1997).

A participação legítima e fortalece as decisões tomadas a partir do consenso (norteadas por conflitos) e conduz à ideia de que “todos os cidadãos possam se envolver de alguma maneira simetricamente com razões (não com violência) na formação do consenso, nos acordos que são realizados” (DUSSEL, 2007, p. 67). Pode-se afirmar, então, que a democracia se concretiza pelo exercício do direito, ou seja, que em comunidade o sujeito promulga aquilo que deve ser obedecido, cujo princípio é a sua participação nesse ato decisório.

Logo, é importante que os postulados para uma nova ordem política se originem da base, do coletivo, do consenso (participação coletiva). Lógico que, nesse contexto, exige-se um perfil para o líder político, o qual deve apresentar habilidades criativas “recheadas” de aspectos éticos e estéticos, e que seja “um organizador, uma luz que ilumina um caminho que o povo em seu caminhar constrói, desdobra, aperfeiçoa. A liderança política é serviço, obediência, coerência, inteligência, disciplina, entrega” (DUSSEL, 2007, p. 119).

Desse modo, uma práxis de libertação faz-se necessária, em princípio, para que a criticidade esteja a contento nas práticas realizadas, a fim de emergir a legitimidade hegemônica, uma vez que “os movimentos sociais, os partidos progressistas críticos, libertadores devem saber aprender a atuar com inferioridade de forças (físicas, mecânicas, coercitivas), mas contando com o poder que vem “de baixo”, do povo”. E o autor continua: “é a ação dos sujeitos que se tornam atores, os quais constroem o novo edifício da política a partir de uma nova “cultura” política” (DUSSEL, 2007, p. 126 e 128).

Nessa perspectiva, a participação (coletiva) para essa estrutura de poder favorece: (a) demandas centradas em ideias e não em pessoas; (b) tomadas de decisões, estratégias e informações mais qualificadas; (c) compromisso e compreensão das finalidades mais amplas da organização por parte daqueles em condições hierárquicas inferiores; (d) ação colegiada; (e) processo de criação de conhecimento pelo grupo sobre si mesmo e o seu próprio ambiente.

Existem, porém, alguns entraves e obstáculos que podem dificultar essas práticas, tais como: (a) demandas políticas difíceis de conciliar; (b) despreparo e descompromisso da comunidade; (c) falta de entusiasmo dos participantes do processo; (d) inexistência de encontros avaliativos; (e) estrutura de poder centrada na pessoa do diretor; (f) conflito relacionado à participação; (g) rotatividade dos sujeitos da comunidade; (h) diferenças individuais; (i) inexistência do diálogo entre os segmentos da comunidade; (j) padrão de comunicação de um grupo; (k) tamanho dos grupos que compõem os segmentos na comunidade.

Considera-se, então, que o poder político *hiperpotentia* pela participação exige atitudes transparentes e democráticas perante a comunidade, o que requer, entretanto, uma articulação interna com os seus sujeitos, no seu interesse em conhecer e estudar os desafios e mecanismos em que consiste essa prática, pois é por meio da participação que a comunidade ganha sentido real e concreto no seu interior.

Segundo Gutierrez e Catani (1998, p 71), a participação funda-se “no exercício do diálogo entre as partes. Esta comunicação ocorre, em geral, entre pessoas com diferentes formações e habilidades, ou seja, entre agentes dotados de distintas competências para a construção de um plano coletivo e consensual de ação”.

Logo, entende-se ser desafiador para essa estrutura de poder político pela participação o desprover-se de interesses, que, inegavelmente, muitas vezes, converge para a corrupção; é uma face que, infelizmente, ainda se faz realidade nos campos políticos. Esses campos são

constituídos por peculiaridades, pois existem os sujeitos que são atores responsáveis pelas mais diversas funções e com papéis definidos. Tais atores atuam em prol de objetivos que podem ser absolutizados e fetichizados ou não.

Além de entender a participação como via de concretização do poder político *hiperpotentia*, considera-se, também, a autonomia como princípio estratégico da desvinculação de práticas, muitas vezes, fetichizadas e soberanas (DUSSEL, 2007).

A palavra autonomia, conforme Azanha (1993, p. 38), apresenta uma trajetória histórica, marcada por documento que veio a público em 1932, conhecido como “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, e que repercutiu durante trinta anos na educação brasileira, em geral, e na educação paulista, em particular. Nesse documento, é citada a palavra autonomia duas ou três vezes, apenas para indicar “a conveniência de que, além das verbas orçamentárias, fosse construído um fundo especial destinado exclusivamente a atender empreendimentos educacionais, que assim ficariam a salvo de injunções estranhas à questão educacional”.

Nessa perspectiva sobre comunidades e escolas, a autonomia denota, através da história, um significado meramente organizacional e regimental, sem expressar o cotidiano da escola. Nesse contexto, o que se percebe é a desconsideração da autonomia pedagógica, em que os segmentos da escola necessitam pensar juntos estratégias e direcionamentos sobre a realidade escolar, discutir projetos e ações que venham solucionar os problemas existentes.

Para Freire (1997, p. 120-121), “a autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas [...]. A autonomia enquanto amadurecimento do ser para si é processo, é vir a ser”. A autonomia, compreendida dessa forma, possibilita a construção progressiva da identidade da escola, que não se fecha em seus muros, mas se irradia para a comunidade circundante, que constrói e decide a proposta pedagógica de maneira relevante, mediante a participação coletiva. Possibilita ainda a criação de espaços de participação dos diferentes segmentos escolares nos processos decisórios, a partilha de responsabilidades, a articulação de interesses, o compromisso social e o controle coletivo do trabalho da escola.

Silva (1996) afirma que a participação e a atuação comprometida da escola são relevantes, pois parceiros e colaboradores estabelecem uma relação entre a escola e o sistema para a implantação da autonomia pedagógica, por meio de mecanismos que primem pela participação dos segmentos da comunidade educativa, o que implica um desafio em

desmistificar sua função burocrática de cumpridora de normas, pois se tem a presença do sujeito “concreto, criador e mantenedor da autonomia da unidade escolar, para que não se caia no erro de doar-se ou impor-se uma escola autônoma a pessoas que não a querem ou não a compreendem” (SILVA, 1996, p. 70).

Há necessidade do poder político da comunidade *hiperpotentia* que objetive também alcançar a participação e a autonomia como princípios estratégicos de viabilização desse poder com intuito de atingir a integração escola-comunidade. Caso contrário, a ação desarticulada e solitária dos membros da escola só contribuirá para seu fracasso e descrédito, como observa Fonseca (2000, p. 50):

a falta de trabalho coletivo pode fazer com que muitos professores, em seu trabalho solitário e entre as quatro paredes de sua sala de aula, se tornem meros produtores de conteúdo, bons ou medíocres transmissores de conhecimento, executores de ordens emanadas e impostas de cima para baixo, autômatos cumpridores de rotinas de uma escola que tem os dias contados, superados pela nova tecnologia e novas fontes de conhecimento.

O poder político da comunidade como *hiperpotentia* no espaço da participação e da autonomia pedagógica é um importante instrumento de mobilização e de atuação da escola como expressão de uma intencionalidade coletiva. Dessa forma, a escola:

Revela sua potencialidade ao desempenhar papel mobilizador, integrador, articulador, aglutinador e propulsor das pessoas, tornando-se fio condutor para a organização das ações escolares, transformando-se em motor do cotidiano da escola (FONSECA, 2000, p. 49).

Nesse aspecto, o ambiente escolar é o espaço da mediação e da articulação do projeto educacional que, segundo Severino (1998), deve contemplar propostas e programas de ações delimitados, planejados, executados e avaliados em função dos propósitos que se pretende alcançar, considerando-se, como Dussel (2007, p.135), que “as instituições mudam de forma (transformam) quando existe um projeto distinto que renova o poder do povo”.

O poder político da comunidade *hiperpotentia*, dinamizada pela autonomia e participação, possibilita o surgimento de formas organizativas, não esquecendo, porém, que “o que cria e mantém uma instituição autônoma e participativa é o Sujeito que a institui e garante sua existência. Sem Sujeito uma estrutura não tem vida e pode, quando muito, ser algo a facilitar ou dificultar a ação dos seres humanos concretos que a utilizam” (SILVA, 1996, p. 69).

O poder político da comunidade como *hiperpotentia* pede, então, a necessidade de sujeitos coletivos que estejam envolvidos em uma direção autônoma e participativa das

unidades escolares, admitindo-se um espaço concreto em que acontecem as relações educativas, uma vez que elas são canal que visa a implementações de ações estratégicas, por meio de projetos e ações estimuladas pela vontade-de-viver, pelo consenso racional e pela factibilidade estratégica. Dessa forma, permite-se ainda ampliar e aprofundar o debate coletivo em torno de valores que priorizem e reivindiquem, por exemplo, a igualdade, o respeito às diferenças e a cooperação por meio de organização e ação coletiva de todos os segmentos que se configuram nesse cenário.

2 Metodologia da Pesquisa

O presente estudo configura-se como pesquisa de campo etnográfica, vinculada a um programa de doutorado de uma instituição de educação superior no estado de São Paulo, realizada no período de janeiro de 2008 a janeiro de 2011. Segundo André (1995), esse tipo de pesquisa:

É um esquema de pesquisa desenvolvido pelos antropólogos para estudar a cultura e a sociedade. Etimologicamente etnografia significa “descrição cultural”. Para os antropólogos, o termo tem dois sentidos: (1) um conjunto de técnicas que eles usam para coletar dados sobre os valores, os hábitos, as crenças, as práticas e os comportamentos de um grupo social; e (2) um relato escrito resultante do emprego dessas técnicas (ANDRÉ, 1995, p. 24).

O *locus* de investigação é o Quilombo de Jambuaçu, que tem atualmente 16 comunidades tituladas e está localizado na Região Amazônica, ao norte do Pará, cujo rio principal é o Rio Jambuaçu, que, com seus afluentes, tornou-se o caminho de fuga de escravos. O acesso ao Quilombo está sinalizado por paisagens que retratam um cenário de matas, ramais, igarapés e pela rodovia principal que circunda todo o Quilombo, chamada de Rodovia Quilombola, a qual dá acesso às comunidades, bem como às localidades de cultivo de roças para fabricação de farinha, o que, em última análise, resulta em fonte de renda para a maioria das famílias dessas Comunidades.

Como procedimentos metodológicos foram realizados:

a) levantamento bibliográfico, com a utilização de fontes primárias e secundárias, sendo o principal referencial Enrique Dussel;

b) Entrevistas abertas com 11 moradores distribuídos em 5 comunidades: Conceição do Mirindeua, Nossa Senhora das Graças, Santa Maria do Mirindeua, São Bernardino e Santa Luzia do Bom Prazer do Poacê, e com 6 professores distribuídos em 5 escolas dessas 5

comunidades de Jambuaçu. Este artigo foca apenas as falas de 3 moradores e 4 professores dessas comunidades.

c) Observação direta feita em função de aspectos específicos, a partir dos quais foram elaborados roteiros, com base nas anotações registradas em um diário de campo. Também foram consideradas fotos históricas e socioculturais obtidas no Quilombo, como foi referido no TCLE assinado pelo Presidente das Associações dos Moradores de Jambuaçu.

A análise dos dados consistiu no uso de categorizações tendo por base a Análise de Conteúdo de Bardin (1979). Entre as categorias analíticas, destacam-se: *hiperpotentia*, participação e autonomia, que foram definidas no desenvolvimento do artigo e as categorias temáticas resultantes foram: a relevância da *hiperpotentia*, o poder político da comunidade quilombola e a construção da identidade quilombola.

Moraes (1999, p. 6) explica que a categorização “é um procedimento de agrupar dados considerando a parte comum existente entre eles. Classifica-se por semelhança ou analogia, segundo critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo. Estes critérios podem ser semânticos, originando categorias temáticas”.

3 Reflexões sobre a *hiperpotentia*, a participação e a autonomia no âmbito de comunidades e escolas do quilombo pesquisado

No âmbito de comunidades e escolas do quilombo pesquisado, compreende-se que a *hiperpotentia*, a participação e a autonomia se estruturam, concretizam-se e desdobram-se contra ações fragmentadas e solitárias, relações competitivas, corporativas e autoritárias. Desse modo, volta-se para a sobressalência do “outros”, movida pela ação hegemônica que consiste no “exercício delegado pleno do poder (*potestas*), e conta com o consenso, a fraternidade e o fundamento do poder do povo” (DUSSEL, 2007, p. 55).

A fala da professora Rosa descreve bem a relevância da *hiperpotentia*:

Para discutir identidade quilombola de Jambuaçu, busco enfatizar fontes históricas do Quilombo, tanto as escritas quanto as não escritas, cito, por exemplo, pesquisas que peço para os alunos realizarem com seus avós, pais, com líderes do Quilombo, etc. Nesse aspecto, temos feito descobertas interessantes sobre a comida, o cardápio dos negros. Enfatizo também o ponto positivo da inserção de pesquisadores no Quilombo, pois os moradores percebem que são importantes e que têm uma história rica de luta e resistências frente à história. Assim vejo a importância de uma educação comprometida com as minorias (PROFESSORA ROSA).

A professora Rosa vem descobrindo o poder político da comunidade quilombola como protagonista de sua história e cultura e a importância da educação engajada politicamente com a população excluída socialmente.

Entende-se que as comunidades quilombolas estão inseridas em um contexto político, porque vêm sofrendo, historicamente, a destruição de sua identidade cultural, por meio de um cenário demarcado por corrupções e dominações, como expressa o morador Antônio:

Basta uma benzida de nossos pajés e curandeiros que nossas crianças ficam boas. Assim, o que seria do nosso Quilombo sem essas pessoas? Pois para nós são melhores que muito médicos. Cito ainda as parteiras para fazer partos em nosso Quilombo de senhoras que não conseguiriam chegar a tempo de parir na cidade Moju com ajuda de médicos em hospitais. Porém, reconhecemos que precisamos da medicina, pois existem casos mais complexos que a nossa medicina caseira não dá conta de curar. Mas, cadê as condições? Um dos problemas que temos é a nossa água, que é de péssima qualidade, tudo por conta das empresas MARBOGES E VALE que poluem nossos rios com dejetos químicos. Assim, diante disso, temos crianças, idosos e adultos doentes com vômito, diarreia, e que nossos agentes comunitários de saúde não dão conta de atender todos esses casos, devidos o tamanho geográfico de Jambuaçu, porque não dispõem de meios de transporte para locomoção. Também não temos fossas biológicas e tratamento de lixo. Esse é o nosso grito (MORADOR ANTONIO).

Por isso, Dussel (2007, p. 10) proclama com veemência: é a “hora dos povos, dos originários e dos excluídos”. A partir desse “grito”, acredita-se que é agora o momento de a sociedade apresentar uma postura política hiperpotente e atuante, pautada na participação da comunidade, a qual admite que o povo pode tomar a palavra e entrar na ação com autonomia, como um ator coletivo.

Esse poder é percebido pela professora Maria como fundamental, pois a comunidade quilombola corre o risco de perder totalmente suas raízes culturais:

Antigamente os moradores comiam peixes, e que atualmente não existem nos rios, como gurijuba, pirarucu, que para nós moradores hoje é muito caro. Quer dizer Jambuaçu está perdendo a sua identidade, uma vez que os antigos comiam peixes, por exemplo, com verduras tiradas do local, como vinagreira, a verdura “orelha de macaco”. Falamos na escola essa história, e alguns alunos se mostram surpresos, dizendo que não conhecem pirarucu, acham que é palavrão. Assim, vejo que Jambuaçu não tem na verdade essa percepção, não entendeu que estamos no limite. Ou voltamos e buscamos a nossa raiz ou vamos nos perder completamente (PROFESSORA MARIA).

Para Dussel (2007, p. 10-11 e p. 93), esse movimento de autonomia política pauta-se em: “uma nova teoria; nova civilização transmoderna, transcapitalista, para além do liberalismo e do socialismo real” em que “o “povo” se transforma, assim, em ator coletivo político, não em um “sujeito histórico” substancial fetichizado”.

A professora Joana relata como trabalha a construção da identidade quilombola:

Discuto a identidade quilombola de Jambuaçu por meio do envolvimento dos pais, à base de textos, historinhas, casos contados por moradores antigos, lendas, etc. Atualmente, proponho discutir a questão da cultura, da fonte de renda, da economia, e da mandioca enquanto fonte geradora da economia do município, bem como o que ela representa como forma de se contrapor a uma nova proposta de economia que está tentando, de certa forma, induzir o agricultor de Jambuaçu a mudar da mandioca para o dendê, pois sabemos que temos de preservar constantemente a nossa cultura, e o dendê vem trazer prejuízo, em todos os segmentos, principalmente na questão da origem, pois se deixarmos de produzir a mandioca para produzir o dendê, o nosso cotidiano sofrerá alterações significativas, como mudanças de hábitos, a maneira de vender também vai ser diferente, aquele contato de pessoa para pessoa vai mudar, geralmente a mandioca se trabalha com mutirão (PROFESSORA JOANA).

A importância de ser quilombola também é destacada:

Vamos perder aspectos da nossa cultura validada enquanto colônia; povoado, onde os afros que viviam aqui saíam para trabalhar em “canturia”, tinham “canturia” para lavrar, para serrar a madeira, para derrubar o roçado, para plantar e colher. Então, podemos perder tudo isso, e já vemos que já está acontecendo, pois os moradores dificilmente cantam nos mutirões, deixaram de produzir a cachaça da mandioca, de produzir a peneira, compram tudo no comércio. Diante desse cenário estamos organizando oficina de paneiro, oficina de canturias, oficina de dança. Nesse sentido, as crianças aprendem a sua história em sala de aula, contada pelos seus próprios pais e avós, e aprendem a gostar e continuar com essa história e passar para os filhos deles no futuro, e aprender a ler e escrever as palavras geradas do vocabulário dos antigos que também estão perdendo, porque acham que é feio, que é cafona. Também discutimos sobre a importância de ser quilombola que está se perdendo no contato com a cidade. Nesse sentido, consideramos o que é viver no Quilombo e o que é viver na cidade, porque as crianças ao irem à cidade acham que não é interessante viver no Jambuaçu, e nem gostam de dizer que são quilombolas (PROFESSORA JOANA).

Nesse sentido, ressalta-se, em relação a comunidades quilombolas, que a participação e a autonomia em escolas nesses espaços é uma práxis relevante para a execução do poder político em quilombos, conforme destaca a fala da professora Carla:

Parto da história dos quilombolas, uma vez que discuto essa história, a partir da realidade, da história do negro. Assim, procuro atualizar os conteúdos para trabalhar e sensibilizá-los para se familiarizarem, se sentirem participantes e autônomos do processo da educação, porque é esta a preocupação que vejo: conteúdos fora da realidade. Assim, procuro sempre atualizá-los, e tenho facilidade, porque trabalhava desde muito tempo com esses conteúdos dentro da Comissão Pastoral da Terra (PROFESSORA CARLA).

Em relação à participação e à autonomia na comunidade quilombola, entende-se que o termo “outros” é latente e revela-se a intenção de o coletivo assumir o destino institucional por meio do engajamento, para ocorrer verdadeiramente a tomada de decisão participativa. Desse modo, a professora Rosa destaca:

Creio que o nosso Quilombo vive em conflito com sua identidade, no entanto, vejo que “é agora ou nunca”. Nós estamos nessa fase aqui enquanto quilombo, nós estamos com esse problema agora, o que, aliás, sempre estivemos com a VALE. Assim, procuro discutir em sala de aula sobre esse assunto. É o contexto histórico e sociocultural, portanto, imbricado nas minhas práticas (PROFESSORA ROSA).

A fala acima evidencia o poder político se firmando, pois, como observa Bordenave (1994, p. 77), “a participação (e autonomia) é um processo de desenvolvimento da consciência crítica, que transformará as pessoas, antes passivas e conformistas, em pessoas ativas e críticas”. Em destaque, a fala da professora Carla, a qual ratifica que o processo de se autorreconhecer é decisivo para que a participação e a autonomia ocorram como chances de manutenção:

Tenho uma percepção de que a identidade quilombola é a cultura que rege a personalidade do aluno quilombola, então se ele começa a perder, começa entrar outras ideias para essas crianças, que eu chamo de “ideias brancas”, no sentido que esse aluno não sabe mais quem ele é. Tive oportunidade de ouvir de alunos, em uma Comunidade, que só existe coisa feia na sua localidade, pedaços de telhas... (PROFESSORA CARLA).

O exercício pedagógico e crítico que se processa em quilombos faz perceber e conhecer esses “outros”. É ter empatia; é ser autêntico; é fundamental para o clima favorável do poder político da comunidade quilombola *hiperpotentia*, o qual exprime uma necessidade do ser humano em realizar, fazer coisas, criar, assim como interagir com outras pessoas no processo.

Barros (1991, p.71) afirma que:

a participação é fruto de um processo de gradativa libertação de esquemas individualistas, paternalistas, burocráticos e não ocorre espontaneamente em uma sociedade como a nossa, cuja tradição é mais de antiparticipação do que de envolvimento efetivo e autêntico das pessoas.

Nesse contexto, o poder político se dá pela participação e autonomia coletiva, pois, nessa comunidade, em que o poder é participativo, percebe-se que não mais existe a recepção passiva, isolada e solitária das determinações emanadas de cima para baixo por parte dos políticos.

Assim, a comunidade quilombola define sua própria organização e seu planejamento e controle de maneira mais dinâmica, significativa e intencional, o que, no dizer de Bordenave (1994, p. 61), “constitui um laboratório vivo onde os futuros cidadãos aprendem a difícil arte da convivência democrática”.

O morador Antonio explica que hoje a comunidade negra é livre para pensar e debater:

A escravidão já acabou, hoje somos livres; temos direitos e deveres. Sabemos o que queremos, o que é bom e o que é ruim, antes o nosso povo era forçado a trabalhar, pois não era remunerado pelo que fazia, o que ganhava era “chicotada”, só trabalhava para comer, mas não tinha seus direitos, seus deveres, como temos hoje, pois somos livres para pensar, para debater, etc. (MORADOR ANTONIO).

A fala da moradora Josefa sobre a vida no Quilombo relata a defesa da dignidade humana:

A vida no Quilombo de Jambuaçu era difícil, as pessoas eram muito pobres, a casa era coberta com folha de uma palmeira nativa da Amazônia denominada de bacaba, o assoalho era de aterro. Quando era chamada, atendia, mesmo que chovesse, ventasse, fosse dia, fosse noite. Meu trabalho é importante, pois existem técnicas específicas para se fazer um parto, buscava sempre saber como é que está o movimento do bebê, chegando até mesmo a dar remédios caseiros para a mãe tomar. Esses remédios eram feitos da raiz da chicória e da folha do quiabo, misturadas com o cominho, e com a casca do biribá, acompanhando vem o ovo batido. Nesse aspecto, ocorre a força para a mulher parir, e Deus abençoa. Esse remédio fazia com que a mãe tinha força para a criança nascer rapidamente, para não passar da hora (MORADORA JOSEFA).

Nesse sentido, a ideia de viver a vida de maneira plena (princípio da vida) vislumbra um estudo de caráter libertador adjetivado por postulados críticos que ressaltam a valorização da vida, principalmente aos “vitimizados sociais do sistema capitalista”, impossibilitados de atender até mesmo as suas necessidades básicas. Isso ratifica o depoimento do morador quilombola José:

A nossa água é prejudicada por empresas como a MARBOGES, que joga todo o seu veneno para escoar em nossos igarapés, bem como a Companhia VALE, que fazendo escavações, buracos nas estradas são expostos, e quando vem a chuva, arrastam-se lamas e piçarras para os igarapés. Diante disso, somos prejudicados no banho, nas lavagens dos alimentos, e sem água potável, acontecem dores de barriga, vômitos, diarreias, etc., porém, mesmo com os nossos agentes comunitários de saúde, torna-se difícil o acesso à cidade. Com isso, cabe um trabalho junto com a vigilância sanitária para atender as nossas necessidades, como prestar ajuda em fossas biológicas, uma vez que já temos 4 ou 5 que estão dando certo, mas que infelizmente faltou recursos, entendeu. Então, precisamos que os nossos governantes assumam seus compromissos firmados em palanques, por ocasião de suas campanhas (MORADOR JOSÉ).

Nesses depoimentos dos moradores quilombolas, observa-se como se processa e se forma esse novo poder político, desconstruindo o poder *potestas*, que na sua origem foi legitimado pelo consenso do poder *potentia*. Trata-se de um novo poder que legitima a *hiperpotentia* de Dussel (2007, p. 97), cujo princípio é o de que:

as vítimas do sistema político vigente não-podem-viver plenamente (por isso são vítimas). Sua Vontade-de-viver foi negada pela Vontade-do-poder, a dor e a iminente morte se transforma em uma infinita fonte de criação do novo. Aquele que nada tem a perder é o único absolutamente livre diante do futuro. A vontade dos sujeitos singulares nos movimentos, no povo, volta a adquirir o ethos da valentia, do arrojo, da criatividade. A primeira determinação do poder (como *potentia* é a vontade). O povo a recupera nos momentos conjunturais das grandes transformações.

Dussel (2007, p. 147) faz ainda uma observação interessante sobre a necessidade de se ter responsabilidade pelos excluídos, pela alteridade, pelo Outro.

Além da igualdade da revolução Burguesa se encontra a responsabilidade pela alteridade, pelos direitos distintos, diferentes do Outro. Além da comunidade política dos iguais (brancos, proprietários, do sistema metropolitano, do cidadão abstrato da elite) encontram-se os explorados, os excluídos, os não iguais (de raça não branca, pobres, pós-coloniais, diferenciados por sua cultura, sexo, idade), as massas populares. Novos direitos tomam conta deles.

As palavras de Dussel (2007) ratificam as transformações políticas que vêm ocorrendo na comunidade quilombola de Jambuaçu, a qual usa a *hiperpotentia*, a participação e a autonomia como elementos fundamentais no processo de mudanças das identidades negadas, legitimando um novo poder político na tentativa de consolidar a identidade da população do quilombo.

Considerações Finais

A pesquisa revela que as escolas em quilombos precisam exercer o poder político em prol de realização de fins educativos participativos, com vistas à autonomia, como sujeitos coletivos. Pelas vozes coletadas em campo, percebe-se a necessidade de uma práxis escolar mais dialógica com os contextos históricos e socioculturais, comprometida com a própria transformação social, que se configura por meio de posturas críticas e participativas, visando às possibilidades de uma escola autônoma com um discurso pedagógico de caráter político radicalmente democratizador.

São vozes que efetuam ações políticas, que dinamizam os interesses da população quilombola e partem de seus contextos históricos e socioculturais, para consolidar a identidade cultural no quilombo. Práticas que vão muito além dos espaços da sala de aula, dos gabinetes e dos fóruns acadêmicos. É o caráter político que implica se abrir para o mundo, sem perda de sua identidade quilombola.

Assim, o poder político da comunidade como *hiperpotentia* no contexto educativo em quilombos significa a partilha de responsabilidades, a integração das práticas pedagógicas, o redimensionamento do processo de tomada de decisão.

O desafio que está posto para a Educação no quilombo é desenvolver um poder político capaz de promover o seu próprio crescimento, a partir da confiança nas pessoas e da oferta de condições para que se tornem independentes, responsáveis e aptas a solucionar com responsabilidade os problemas e conflitos, com o objetivo de possibilitar uma consciência crítica, baseada num plano social em que se instaurem currículos escolares fundados em dimensões históricas.

A Escola nos quilombos precisa ser uma escola para a diversidade e que contribua para que homens e mulheres possam sair da posição de objeto e assumam a posição de sujeito da sua história e de suas identidades culturais.

Desta forma, as escolas quilombolas precisam estar comprometidas politicamente com a sua população, compreendendo a sua situação de vítimas de um processo social excludente, e assumindo o poder político da comunidade *hiperpotentia* pela via da participação simétrica e da autonomia, visando a sua libertação.

Referências

- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papirus, 1995.
- AZANHA, José Mário Pires. Autonomia da escola, um reexame. In: BORGES, Abel S. et al (Org.). *A Autonomia e a qualidade do ensino na escola pública*. São Paulo: FDE, 1993. (Série Ideias, n. 16).
- BARDIN, Laurence. *Análise do Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BARROS, Célia Silva Guimarães. *Pontos de Psicologia Escolar*. São Paulo: Ática, 1991.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. *O que é participação*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DUSSEL, Enrique. *20 teses de política*. 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- FONSECA, João Pedro da. Projeto pedagógico e autonomia da escola. In: São Paulo (Cidade). Secretaria Municipal de Educação. Fundação de Apoio à Faculdade de Educação. *O Ensino Municipal e a Educação Brasileira*. São Paulo, 2000.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- GUTIERREZ, Gustavo Luís; CATANI, Afrânio Mendes. Participação e gestão escolar: conceitos e potencialidades. In: FERREIRA Naura S. Carapeto (org.). *Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios*. São Paulo: Cortez, 1998.
- McLAREN. Peter. *Multiculturalismo crítico*. São Paulo: Cortez, 1997.
- MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. O Projeto Político-Pedagógico: A saída para a escola. In: *Informativo do projeto avaliação do desempenho escolar*. Rio de Janeiro n. 5, set., 1998.
- SILVA, Jair Militão da. *A autonomia da escola pública: A re-humanização da escola*. Campinas: Papirus, 1996.